

NOME BENEFICIÁRIO	Grupo de Ação Local Beira Douro
NIFAP	7167811
DESIGNAÇÃO	Beira Douro 2030
OPERAÇÃO	10.1.1 – Preparação e reforço das capacidades, formação e ligação em rede dos GAL

Caraterização do território, com delimitação ao nível da freguesia, com enfoque para a sua tipologia Rural ou Não Rural;

O Território de Intervenção (TI) do Douro Sul, caracteriza-se por ser um território de baixa densidade e de forte ruralidade, que integra os concelhos de Armamar, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca e a totalidade das suas 99 freguesias. O TI totaliza uma área de 1.365 km² (da qual 32% integra a Região Demarcada do Alto Douro Vinhateiro) e de acordo com os mais recentes dados censitários conta com uma população de 67.002 residentes (densidade populacional de 49 hab./km²), encontrando-se dentro dos limites definidos nas orientações previstas no Aviso de pré-qualificação (OTE 174/2023). A DLBC é na sua totalidade de tipologia rural.

Caracterização da parceria com todos os seus membros e comprovação da sua adesão à mesma

A parceria GAL BEIRA DOURO compõe-se de 64 parceiros, o que traduz um crescimento da parceria face ao período anterior de 12%, bem como por uma ampliação da sua abrangência temática.

A associação Beira Douro (ABD) assumirá a qualidade de Entidade Gestora da parceria, conforme o disposto na alínea c do ponto 3 do Aviso. A ABD, enquanto entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com uma forte implantação no território, beneficia de uma vasta experiência na gestão de instrumentos de política de desenvolvimento local para o território do Douro, que teve início em 1995 com a gestão do Programa LEADER II, e é, enquanto promotor, responsável por inúmeras iniciativas em parceria com os diferentes parceiros do GAL com intervenção direta no território, bem como com outros GAL, em especial da região do Douro. À data de 31 de maio, o programa DLBC/Rural Beira Douro gerida pela parceria apresenta, na sua componente FEADER, uma taxa de compromisso de 98% e uma taxa de execução de 60%.

O GAL Beira Douro assenta numa estrutura organizacional dinâmica e proativa, capaz de antecipar riscos, reagir à mudança e desenvolver um pensamento crítico, identificando novas oportunidades e ameaças à concretização da EDL e execução do DLBC.

Desta forma, o modelo de governação a adotar pelo GAL visa garantir a prossecução da EDL com eficácia, eficiência e transparência, promovendo a participação dos seus membros e uma eficaz ligação aos beneficiários e públicos-alvo. Estatutariamente irá compor-se dos seguintes órgãos: A Assembleia de Parceiros (Comissão de Acompanhamento) que assegura a participação permanente dos parceiros (que não integrantes formais da parceria). Este órgão, que funcionará sob a coordenação do

Órgão de Gestão, terá como principal missão realizar o acompanhamento e monitorização permanente da implementação da EDL e promover recomendações que contribuam para os ajustamentos necessários; A Assembleia Geral terá como função proceder à animação e acompanhamento da implementação da EDL, através da realização de fóruns subordinados ao progresso da implementação da EDL e sobre o cumprimento das metas propostas; O Órgão de Gestão (órgão executivo) assumirá a responsabilidade de operacionalizar e orientar a equipa técnica para a dinamização das atividades de acompanhamento e animação da EDL, garantindo que as orientações e os contributos da Assembleia Geral (e da Assembleia de parceiros) sejam integrados; A equipa técnica Local é o órgão que mais interage com os beneficiários e a população local, sendo responsável pela animação das dinâmicas de procura, aprovação e execução física e financeira das operações do DLBC.

Desta forma, a ação do GAL, enquadrada num modelo de governação eficiente e transparente, para além de estabelecer um figurino para a gestão da parceria (unidades funcionais de gestão e arquitetura organizacional) que consagra uma abordagem local e ascendente, define um conjunto de mecanismos de animação e monitorização da EDL tendo em vista a promoção dos resultados contratualizados.

Diagnóstico da situação do território de intervenção, à partida, através de uma análise SWOT, em que sejam, especificamente caracterizados os seguintes aspetos

População

Forças: O concelho de Sernancelhe, ao contrário dos restantes concelhos do TI que registaram perdas populacionais, conseguiu aumentar ligeiramente a sua população face a 2011 (+0,4%); A taxa de analfabetismo caiu em todos os concelhos do TI no último período intercensitário; Melhoria das qualificações da população residente entre 2011 e 2021: mais de 32% da população detinha pelo menos o ensino secundário e 13% o ensino superior.

Fraquezas: Perda de população residente (-10% face a 2011), mais expressiva nos concelhos de São João da Pesqueira e Tabuaço; Envelhecimento populacional no conjunto do TI, mais expressivo nos concelhos de Armamar, Penedono, Sernancelhe e Tabuaço; A população do TI globalmente mais carenciada e mais dependente de apoios sociais; Baixos níveis de qualificação da mão-de-obra agrícola.

Oportunidades: Crescente valorização das amenidades rurais no padrão de procura residencial; Políticas públicas e fundos estruturais para o investimento em projetos de fixação de população jovem nos territórios do interior; Presença de escolas com ensino profissional e tecnológico que pode contribuir para uma maior abertura à inovação tecnológica e transição digital.

Ameaças: Aprofundamento da dinâmica de despovoamento e de envelhecimento da população residente; Forte concorrência dos territórios urbanos e do litoral na atração de população jovem; Dificuldades na renovação geracional e em legar os saberes tradicionais.

Economia e Emprego

Forças: Taxa de atividade da população residente em 2021 ligeiramente acima da média da região do Douro; Bom desempenho económico com crescimento dos estabelecimentos (+61%), do pessoal ao serviço (+30%) e do volume de negócios (+18%) face a 2011; A agricultura é setor que mais emprego gera (32% do pessoal ao serviço em 2020); Crescimento da atividade turística; Proximidade a centros de produção de conhecimento, caso de Universidades, Centros Tecnológicos e Escolas Profissionais; Especialização das exportações no setor agroalimentar: 72% do total de exportações em 2021, acima do verificado no conjunto da NUTIII do Douro (69%).

Fraquezas: Apesar da tendência de redução, o desemprego no TI (9,5%) manteve-se acima da média da NUTIII Douro (9%), da NUTII Norte (6,2%) e do país (5,8%); Tecido empresarial composto por pequenas e médias empresas com reduzidos níveis de inovação; Dificuldades de contratar mão-de-obra qualificada para a agricultura e turismo; Perfil de especialização produtiva ainda muito dependente da base agrícola e florestal (na ótica do emprego e do VAB); Envelhecimento da mão de obra agrícola (maioria dos associados das cooperativas agrícolas com mais de 75 anos).

Oportunidades: Possibilidades de acesso a uma bolsa de recursos humanos qualificados, como os estudantes das Escolas Profissionais, da Escola Superior de Tecnologia de Lamego e da UTAD; Apoios para a qualificação de empresas e pessoas, nos domínios da inovação, bioeconomia, desempenho ambiental e empreendedorismo; Novas oportunidades de complementar os baixos rendimentos agrícolas (apicultura, turismo, energia renovável, artesanato) e de produtos subsidiários de algumas culturas (cereja, uva, castanha).

Ameaças: Desemprego de longa-duração; Perda crescente de rendimentos dos pequenos agricultores; Instabilidade dos preços dos produtos agrícolas nos mercados nacionais e internacionais; Perceção negativa dos jovens e da população em geral sobre a atividade agrícola e turística; Perda de mão-de-obra jovem atraída para os territórios do litoral e para o estrangeiro;

Recursos naturais e culturais

Forças: Presença de um conjunto de ativos naturais de elevado valor ambiental e áreas de especial interesse de conservação; Dois sítios de Rede Natura 2000: Serra de Montemuro (PTCON0025) e Rio Paiva (PTCON0059) nos concelhos de Lamego, Moimenta da Beira e Sernancelhe; 117 imóveis no TI classificados pela DGPC, o que corresponde a cerca de 8% dos bens imóveis classificados na região Norte, e 37% dos da região NUTIII Douro; Quatro aldeias vinhateiras com forte interesse turístico.

Fraquezas: Fragilidades na gestão da proteção e salvaguarda dos recursos naturais, em especial da floresta; Agravamento do estado global das massas de água superficiais nas regiões hidrográficas RH 3 (Douro); Degradação do património cultural edificado, em especial nos centros mais urbanos.

Oportunidades: Recursos naturais para o desenvolvimento do turismo sustentável de natureza; Setor florestal do TI, enquanto sequestrador líquido de CO₂; Rede de monumentos nacionais e arqueológicos e de infraestruturas de interesse cultural.

Ameaças: Risco de incêndios e de outros fenómenos naturais provocados pelas alterações climáticas; Desenvolvimento turístico descontrolado; Falta de recursos financeiros para a reabilitação do património histórico e cultural.

Produção, Infraestruturas e Serviços Básicos

Forças: Presença de escolas profissionais e tecnológicas com qualidade para formar jovens na área da hotelaria e turismo, eletrónica e viticultura; Presença de Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) com uma dimensão significativa em Moimenta da Beira, Lamego, Penedono e Armamar; Aumento da superfície agrícola utilizada (+5% face a 2009); Crescimento da área afeta a agricultura biológica (+78% face a 2009). Presença de infraestruturas rodoviárias importantes: eixos viários A24 e A4.

Fraquezas: Lacunas nas acessibilidades viárias dentro do TI (deslocações em estradas nacionais com trajetos muito sinuosos) e reduzida oferta de transportes públicos nos concelhos mais rurais; Forte concentração dos equipamentos de saúde em Lamego; Carências ao nível dos cuidados de saúde primários nos concelhos mais rurais e envelhecidos; Sazonalidade do destino Douro; Níveis incipientes de organização e cooperação entre os produtores agrícolas.

Oportunidades: Disseminação de inovação pelo tecido empresarial e pelos produtores agrícolas através das escolas e universidade; Apoios para a mecanização e digitalização da atividade agrícola; Eletrificação da linha ferroviária e consolidação da via navegável do Douro para a melhoria da mobilidade de pessoas e mercadorias; Crescente reconhecimento externo dos produtos locais com capacidade para incrementar a exportação da produção local.

Ameaças: Concentração de serviços básicos nos principais centros urbanos (em especial em Lamego); Especulação imobiliária (aumento dos preços da habitação); Crescentes dificuldades de financiamento do terceiro setor; Desvalorização social das atividades do mundo rural; Sustentabilidade das Cooperativas agrícolas.

Transição Energética e Digital

Forças: Consumo elétrico p/habitante com uma evolução estável no conjunto dos municípios do TI, abaixo das médias da região Norte e do país; Aumento da proporção de edifícios com certificação energética no TI (acima da média nacional).

Fraquezas: Reduzida cobertura de rede de internet de banda larga (todos os concelhos do TI registam uma taxa de acesso à internet de banda larga em local fixo muito inferior à média nacional); Setor da agricultura e floresta muito dependentes de combustíveis fósseis para suprir necessidades energéticas; Reduzida incorporação da tecnologia/digitalização por parte das pequenas e médias empresas do TI.

Oportunidades: “Democratização” do acesso à internet a preços comportáveis; Energia a partir de Biomassa com potencial de crescimento; Linhas de apoio comunitário dirigidas à transição digital e energética; Reforço do comércio eletrónico para aproximar os consumidores dos produtos locais; Desenvolvimento das tecnologias digitais para melhorar as respostas sociais.

Ameaças: Riscos de exclusão social da população mais envelhecida, dado os elevados índices de iliteracia digital; Dificuldades do tecido empresarial e dos pequenos produtores agrícolas em suportar os custos da transição digital e energética.

Sustentabilidade e Clima

Forças: Existência de um Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC), aprovado para os concelhos da CIM DOURO; 1 ZIF no TI o que concorre para uma melhor gestão e ordenamento do espaço florestal; Presença de uma área significativa de floresta como regulador da qualidade da água do solo e do ar no TI.

Fraquezas: Dificuldades dos pequenos agricultores para suportar os custos económicos de adaptação às alterações climáticas; Impactos nas culturas e nos habitats, associados ao aumento da frequência de incêndios e prevalência de pragas e doenças; Biomassa com aproveitamento incipiente; Redução da capacidade de sequestro de carbono.

Oportunidades: Uso da biomassa agrícola e florestal para produção de energia renovável; Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI); Utilização de novas tecnologias limpas com vista à redução de custos com fatores de produção e ganhos de eficiência energética.

Ameaças: Risco associado ao impacto das alterações climáticas: Diminuição da precipitação média anual, aumento das temperaturas médias e máximas, diminuição do número de dias de geada e aumento de fenómenos extremos de precipitação e queda de granizo; Cumprimento de legislação cada vez mais exigente para a adoção de práticas produtivas mais sustentáveis; Inexistência de políticas nacionais para a agricultura de regadio; População rural mais vulnerável às mudanças climáticas; Aumento de morbilidade e mortalidade das população nos períodos de frio e de calor intensos e devido a doenças transmitidas por vetores.

Governança Local, inovação social, cidadania e sociedade civil

Forças: Bons níveis participação nas eleições autárquicas (taxas de abstenção < à média nacional e regional); O TI caracteriza-se por ser um território seguro (-10% do número de crimes registados nos últimos 5 anos); Setor cooperativo agrícola com uma boa cobertura no TI; Dinâmicas de participação e desenvolvimento de projetos de inovação social em alguns concelhos do TI.

Fraquezas: Reduzido associativismo juvenil e cultural; Redução das despesas dos municípios em atividades e equipamentos desportivos por habitante (-17% face a 2015) com exceção para Armamar Sernancelhe, Penedono e São João da Pesqueira; Desinvestimento de todos os municípios, entre 2019 e 2021, em atividades e equipamentos culturais e desportivos (diminuição das despesas nestes setores no total das despesas municipais).

Oportunidades: Valorização dos recursos culturais e identitários da região Douro pelas associações locais; Diversidade da oferta cultural nos concelhos (atração de públicos e visitantes com impacto no turismo, restauração e comércio); Crescente relevância económica que as indústrias criativas têm na economia global.

Ameaças: Perceção de menores condições de vida nas áreas rurais por via da diminuição do acesso a serviços e infraestruturas fundamentais, com especial enfoque nas áreas culturais, de lazer e serviços públicos, passando pelo acesso às redes digitais; Tendência de concentração de atividades culturais e desportivas nos principais centros urbanos; Perda de representação dos jovens nas associações locais.

Identificação dos desafios a que a parceria pretende dar resposta através da implementação da EDL, articulados com as áreas de intervenção que serão mobilizadas, assim como objetivos e metas traçados tendo em conta os resultados a atingir.

A definição da Macro Estratégia para o desenvolvimento da região Douro Sul teve por base uma leitura atualizada das principais oportunidades e desafios para o desenvolvimento sustentável deste território. O diagnóstico prospetivo realizado permitiu posicionar o território de intervenção nas dinâmicas de âmbito regional, nacional e internacional, sinalizando um conjunto de áreas chave para as quais a parceria GAL Beira Douro deve procurar orientar as suas apostas e prioridades estratégicas.

O diagnóstico prospetivo, que articulou a análise e tratamento de um conjunto de indicadores estatísticos oficiais com um processo amplo e abrangente de participação, no qual a comunidade local foi mobilizada, em diversos momentos, para refletir em conjunto acerca dos principais desafios que se colocam à região Douro Sul, permitiu uma leitura atualizada da situação do território, das suas necessidades e potencialidades.

O processo de envolvimento da comunidade foi essencial para o enriquecimento do quadro territorial de referência, aportando dimensões de conhecimento técnico e experiencial dos atores, fundamental para a validação dos desafios territoriais a que a parceria pretende dar resposta, bem como para a definição dos enforques temáticos que irão enquadrar as ações da próxima DLBC.

Desafios a que a parceira pretende dar resposta. A proposta de Macro Estratégia parte dos seguintes desafios territoriais identificados no âmbito do diagnóstico prospetivo participado: Inverter o despovoamento, diversificando e revalorizando as atividades do mundo rural, promovendo a região enquanto território com qualidade de vida e adequado ao investimento empresarial; Disseminar o conhecimento e a inovação para promover melhores práticas agrícolas e mitigar os riscos associados às alterações climáticas; Qualificar o produto turístico, preservando os valores da cultura local e a reabilitação do património; Atrair mão-de-obra, em especial jovem, para os setores económicos emergentes; Melhorar a conectividade física e digital nos territórios rurais; Combater o desemprego e a pobreza rural, capacitando a população local para o empreendedorismo e garantir o acesso e a acessibilidade aos serviços;

Fatores críticos de sucesso. A participação permitiu ainda a sistematização de um conjunto de fatores críticos para o sucesso da estratégia. Estes fatores prendem-se sobretudo com a superação de bloqueios e constrangimento de natureza institucional e organizativa, sentidos no período anterior, dos quais importa destacar: Celeridade na análise e decisão de aprovação dos projetos, minimizando a burocracia inerente ao processo de candidatura; Melhorar a capacidade de articulação do trabalho em rede entre os beneficiários, estimulando a partilha de recursos; Simplificação dos

licenciamentos, estabelecendo um quadro regulamentar adequado ao tipo de investimentos apoiados; Capacitação das estruturas técnicas dos GAL e dos OG para um melhor preparação e acompanhamento dos investimentos a candidatar; Estabelecimento condições de admissibilidade, tipologias de intervenção e de critérios de seleção de projetos adequados às características dos promotores; Planear e calendarizar a abertura de aviso atempadamente por forma a que os beneficiários possam programar os investimentos.

Neste exercício de planeamento estratégico, as conclusões do diagnóstico prospetivo (onde estamos), nas suas componentes quantitativa e qualitativa, enriquecidas pela reflexão estratégica participada, permitiram fornecer um quadro territorial suficientemente sólido para alicerçar uma visão (onde queremos chegar) do desenvolvimento futuro do território Douro Sul.

Douro Sul 2030 - um território coeso, competitivo e sustentável que promove o emprego através da valorização e diversificação das atividades do mundo rural, que preserva o seu património natural e cultural e responde aos desafios da transição climática e digital.

Esta visão está fortemente ancorada nas dimensões da coesão social e territorial, da valorização da economia a partir da sua base endógena, na sustentabilidade no uso dos recursos e na conectividade (física e digital) de pessoas e organizações. Estes domínios revestam-se de um carácter articulador e integrador, convergindo, para além dos objetivos da PAC, com os grandes desígnios de política de coesão europeia e com os princípios LEADER (aproximar as populações aos fundos comunitários).

Os enfoques temáticos: A visão desdobra-se em 4 enfoques temáticos que vão orientar a ação do GAL Beira Douro. Na definição destes enfoques esteve presente a necessidade de alargar o foco de atuação para além dos domínios de intervenção e possibilidades de financiamento consagrados na PEPAC/FEADER, sem prejuízo da centralidade que este instrumento de programação assume no Desenvolvimento Local de Base Comunitária em territórios rurais. Estes 4 enfoques temáticos conjugam-se e complementam-se entre si, de forma a apostar nos fatores de diferenciação territorial de base endógena do território de intervenção, articulando-se plenamente com o objetivo PEPAC pré definido para a DLBC: ***OE8 Promover o emprego, o crescimento, a igualdade de género, nomeadamente a participação das mulheres no sector da agricultura, a inclusão social e o desenvolvimento local nas zonas rurais, incluindo a bioeconomia circular e uma silvicultura sustentável.***

Subjacente à definição dos enfoques temáticos esteve presente a necessidade de conferir à Parceria um escopo de atuação adequado à natureza multidimensional dos desafios do território, não obstante a correspondência integral que, nesta fase, se promove entre as áreas temáticas propostas, as necessidades (principais e complementares), os resultados esperados do PEPAC e o financiamento FEADER (instrumento central de apoio Estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária).

Define-se, assim, uma matriz de intervenção estratégica (ver tabela 1) em que para cada enfoque temático se apresentam objetivos, que respondem a necessidades (principais

e complementares) pré-definidas a que se ligam coerentemente aos resultados esperados definidos no aviso.

Os objetivos da EDL: Cada um dos enfoques temáticos desdobra-se em objetivos específicos que procuram canalizar os investimentos em torno de medidas e tipologias de ação mais concretas, orientados para resultados coerentes com as necessidades específicas do território (das populações locais, dos pequenos e médios agricultores, bem como do tecido empresarial) numa lógica de continuidade face a períodos de programação anteriores, adequados.

Para o **enfoque temático 1 - Valorização dos produtos endógenos**, foram definidos os seguintes objetivos: Objetivo específico 1.1 | Apoiar investimentos na modernização, diversificação e melhoria do desempenho económico e ambiental das explorações agrícolas; Objetivo específico 1.2 | Apoiar investimentos na manutenção e na melhoria do desempenho económico e ambiental das explorações florestais; Objetivo específico 1.3 | Apoiar os pequenos e médios produtores na transformação e comercialização dos produtos locais; Objetivo específico 1.4 | Promover o escoamento da produção em cadeias curtas e mercados locais; Objetivo específico 1.5 | Modernizar as aldeias rurais

No **enfoque temático 2 - Qualificação de pessoas e organizações**, foram definidos os seguintes objetivos: Objetivo específico 2.1 | Apoiar a criação de emprego inclusivo e sustentável; Objetivo específico 2.2 | Promover a inclusão social nas zonas rurais; Objetivo específico 2.3 | Desenvolver as PME locais e o comércio de proximidade;

Quanto ao enfoque temático 3 - Valorização do Património Natural e Cultural, definem-se os seguintes objetivos: Objetivo específico 3.1 | Valorizar o património local contruído; Objetivo específico 3.2 | Aumentar a oferta de turismo rural sustentável; Objetivo específico 3.3 | Consolidar redes e circuitos de visitação de património natural e cultural;

No que respeita ao **enfoque temático 4 - Governança e Trabalho em Rede**, de carácter mais transversal, definem-se os seguintes objetivos: Objetivo específico 4.1 | Promover a disseminação de projetos e praticas inovadoras junto da comunidade (benchmark); Objetivo específico 4.2 | Aumentar o alcance da parceria e da sua animação; Objetivo específico 4.3 | Monitorizar e divulgar os resultados da implementação da DLBC.

Identificação das reuniões, eventos e outros momentos de envolvimento das comunidades locais, tendo em vista a elaboração da EDL e a constituição/reforço da parceria

O processo de definição e elaboração da EDL contou com a participação ativa e articulada dos agentes e atores do território (públicos e privados) e representantes das “forças vivas” da região. Para além dos técnicos da ETL e do GAL, foram auscultadas entidades representativas do setor agrícola e do setor florestal (cooperativas e associações), da comunidade escolar, do 3º Setor, dos agentes económicos representativos dos principais setores de atividade, como ainda dos vários municípios do território de intervenção. A elaboração da EDL deu-se a vários níveis: Reuniões de parceria; Realização de um *focus-group* territorial, com 30 participantes (Técnicos das Câmaras Municipais; Cooperativas agrícolas; Escolas profissionais e Universidade; Empresários da hotelaria; Empresários agrícolas); Apresentação aos parceiros do GAL

das linhas estratégicas da Estratégia de Desenvolvimento Local de Base Comunitária – Beira Douro 2030; Assembleia-geral onde os parceiros associados e não-associados contribuíram e validaram a EDL.

As intervenções dos agentes e atores do território, que demonstraram uma forte cultura cidadã da sociedade civil e de um compromisso para com a busca de soluções equilibradas e consensualizadas para o desenvolvimento territorial. Os resultados deste processo (síntese conclusiva dos contributos), bem como as evidências de participação (registo fotográfico e registo presenças) podem ser consultadas com mais detalhe no documento [Participação EDL/Beira Douro], que se anexa no formulário de candidatura.

Evidencia da articulação da EDL proposta, com as diferentes estratégias regionais e sub-regionais, temáticas ou generalistas, para as quais perspetivam uma mais-valia da implementação da EDL.

O GAL tem presente que uma mobilização integrada e coordenada de diferentes fundos poderá ser uma mais-valia para a implementação da EDL, tal como demonstrado no passado recente com a inclusão da abordagem multifundo (FEDER/FSE) no instrumento DLBC, através do PO Regional. Nesse sentido, considera-se pertinente traçar uma articulação estratégica que vá além dos domínios de intervenção e possibilidades de financiamento PEPAC/FEADER, projetando, para determinadas áreas de intervenção da EDL, uma articulação com instrumentos de programação de natureza complementar. *(A matriz lógica de alinhamento com as estratégias regionais e sub-regionais pode ser consultada no documento em anexo ao formulário da candidatura)*

De facto, as orientações nacionais (Acordo de Parceria) e as orientações europeias para o próximo período de programação estrutural (PT2030) valorizam as intervenções DLBC no âmbito da Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial e destacam as boas experiências LEADER.

À escala da NUTIII (NORTE), o Programa Regional do Norte (2021-2027) reconhece explicitamente o contributo que os programas de ação *ancorados em parcerias territoriais, enquadrados por estratégias de desenvolvimento de médio e longo prazo*, podem dar ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade. Mais concretamente, no Objetivo específico: RSO5.2. *Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas (FEDER)*, onde se assume a importância do fomento de economias de aglomeração, cooperação e o funcionamento em rede entre os atores locais para o aumento da atratividade dos territórios.

A mobilização de financiamento PO para a DLBC será fundamental para robustecer a intervenção do GAL no território, sobretudo no que toca à concretização dos objetivos que pressupõem uma ação mais dirigida ao tecido empresarial, terceiro setor, agentes culturais e operadores turísticos, áreas de intervenção de estratégia que estão previstas nos enfoques 2 e 3 da EDL.

À escala da NUTII (Douro) destaca-se a articulação com a *Estratégia Douro 2030 – Uma estratégia para a década*, elaborada pela Comunidade Intermunicipal. Sublinha-se a convergência estratégica entres os enfoques temáticos e objetivos apresentados na EDL e os objetivos estratégicos definidos pela CIM para a região, a saber: *Afirmar o Douro como um Pólo de Inovação e Competitividade*, assente numa estratégia de

especialização inteligente da base económica regional que valorize ativos e competências territoriais e crie e fixe valor e emprego qualificado; *Afirmar o Douro como um Território Ambientalmente Sustentável e Socialmente Inclusivo*, comprometido com uma utilização eficiente dos recursos, a melhoria contínua da qualidade de vida das populações e o reforço da coesão social; *Afirmar o Douro como um Território em Rede*, suportado em parcerias institucionais alargadas e práticas consistentes de cooperação intersectorial que promovam as lógicas de eficiência coletiva e garantam uma boa governança territorial.

Num plano mais operacional, importa partido da experiência e competências adquirida pelo GAL no âmbito da sua cooperação com a CIM Douro, perspetivando-se que a articulação futura possa decorrer em moldes semelhantes aos encontrados no âmbito do PT2020, designadamente através de mecanismos que permitam ao GAL atuar ao nível da mobilização, avaliação e gestão de candidaturas dirigidas à qualificação do tecido empresarial local.

Ainda no âmbito do PEPAC, importa salientar que o enfoque temático prevê uma atuação do GAL fortemente empenhada da melhoria do Capital Social do território na promoção da abordagem LEADER. Nesse sentido, reconhece-se que os objetivos definidos podem ser alavancados em sede de articulação das medidas PEPAC para os DLBC que estão for do âmbito deste aviso, designadamente as medidas para iniciativas de cooperação nacional, projetos de inovação, custos de funcionamento, animação e cooperação entre GAL.

Definição das áreas de intervenção da EDL que pretendem ver mobilizadas através do PEPAC, por via da implementação de um plano de ação específico, com estabelecimento do peso percentual de alocação de verbas e de metas a atingir

Este ponto apresenta-se na tabela 1. Conforme mencionado no ponto anterior, o GAL assume que os alguns dos objetivos apresentados possam vir a beneficiar de enquadramento mais coerente em financiamentos extra PEPAC. Deste modo, ressalva-se que os mecanismos de operacionalização e resultados esperados definidos possam vir a ser revistos na sequência de uma articulação posterior da EDL com fundos de natureza complementar.

TABELA 1

Enfoque Temático	Necessidades principais e complementares (PEPAC)	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER
Valorização dos produtos endógenos	COE8N1 - Apoiar a manutenção e desenvolvimento da pequena e média agricultura familiar e sua integração no mercado; COE8N2 - Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades complementares como o turismo nas zonas rurais, o artesanato, a cinegética e pesca em águas interiores; COE8N3 – Promover abordagens integradas de desenvolvimento local (incluindo serviços básicos às comunidades rurais) COE8N4- Incentivar a bioeconomia e economia circular	Objetivo específico 1.1 Apoiar investimentos na modernização, diversificação e melhoria do desempenho económico e ambiental das explorações agrícolas	R.9 - Modernização das explorações agrícolas: Número de explorações agrícolas que recebem um apoio ao investimento para se reestruturarem e modernizarem, inclusive para melhorarem a eficiência dos recursos	25%
			R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	5%
			R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	8%
		Objetivo específico 1.2 Apoiar investimentos na manutenção e na melhoria do desempenho económico e ambiental das explorações florestais	R.18 - Apoio ao investimento no setor florestal: Valor do investimento total para melhorar o desempenho do setor florestal	10%
		Objetivo específico 1.3 Apoiar os pequenos e médios produtores na transformação, comercialização e promoção dos produtos locais	R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	5%
			R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	5%

TABELA 1

Enfoque Temático	Necessidades principais e complementares (PEPAC)	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER
	COE1N5 - Promover a diversificação de atividades económicas na exploração agrícola; COE2N1 - Valorizar produtos de qualidade diferenciada; COE9N5 - Consolidar o princípio do consumo de proximidade aos locais de produção, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias curtas locais com impacto positivo no indicador de pegada carbónica	Objetivo específico 1.4 Promover o escoamento da produção em cadeias curtas e mercados locais	R.10 - Melhor organização da cadeia de abastecimento: Número de explorações agrícolas que participam em agrupamentos de produtores, organizações de produtores, mercados locais, circuitos de cadeias de abastecimento curtas e regimes de qualidade apoiados pela PAC	5%
		Objetivo específico 1.5 Modernizar as aldeias rurais	R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	5%
Qualificação de pessoas e organizações	COE8N7 – Aproximar os níveis de empregabilidade e de direção empresarial entre géneros	Objetivo específico 2.1 Apoiar a criação de emprego inclusivo e sustentável	R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	2%
	PTOTN3 – melhorar as competências (técnicas,	Objetivo específico 2.2 Promover a inclusão social nas zonas rurais	R.42 - Promover a inclusão social: Número de pessoas abrangidas por projetos de inclusão social apoiados	5%

TABELA 1

Enfoque Temático	Necessidades principais e complementares (PEPAC)	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER
	empresariais, sustentabilidade, economia rural) dos produtores agrícolas/florestais e outros agentes do setor, designadamente jovens agricultores	Objetivo específico 2.3 Desenvolver as PME locais e o comércio de proximidade	R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	2%
Valorização do Património Natural e Cultural	COE8N2 – Apoio à valorização dos recursos endógenos através de atividades como o turismo nas zonas rurais, artesanato, cinegética e pesca em águas interiores	Objetivo específico 3.1 Valorizar o património local contruído	R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	2%
			R.40 - Transição inteligente da economia rural: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas	5%
	COE6N4 – melhorar os habitats associados aos sistemas agrícolas e florestais para promover o estado de conservação dos valores naturais de biodiversidade	Objetivo específico 3.2 Aumentar a oferta de turismo rural sustentável	R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	2%
	COE7N5 – Aumentar a atratividade das zonas rurais para a instalação de empresas, garantindo o acesso a serviços essenciais	Objetivo específico 3.3 Consolidar redes e circuitos de visitação de património natural e cultural	R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	5%

TABELA 1

Enfoque Temático	Necessidades principais e complementares (PEPAC)	Objetivos da EDL	Resultados esperados	% FEADER
Governança e Trabalho em rede	COE9N8 - Melhorar a comunicação junto da sociedade sobre o papel dos agricultores e produtores florestais enquanto agentes na gestão do território e catalisadores de práticas agrícolas e florestais sustentáveis na utilização dos recursos naturais e benéficas para o clima PTOTN2 - Promover a cooperação para a inovação entre o sistema I&DT e o setor agrícola e florestal	Objetivo específico 4.1 Promover a disseminação de projetos e práticas inovadoras junto da comunidade (benchmark)	R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC	2%
		Objetivo específico 4.2 Aumentar o alcance da parceria e da sua animação	R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC	2%
		Objetivo específico 4.3 Monitorizar e divulgar os resultados da implementação da DLBC	R.41 - Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC	5%

O Plano de Ação deverá ser estruturado tendo em conta as intervenções que o GAL considere serem passíveis de implementação através de medidas existentes no regulamento FEADER, tendo em conta os objetivos específicos, necessidades e quadro de ligação com os indicadores de resultado do PEPAC

Conforme expresso na resposta (8.8.2023) do PEPAC Continente às dúvidas formuladas pela Federação Minha Terra (21.7.2023). Apresenta-se em seguida a sistematização do ponto 7.1 - Desafios da Macro Estratégia do formulário de candidatura. Propõe-se ainda um conjunto de medidas PEPAC (e extra PEPAC) passíveis de serem geridas pelo GAL.

Enfoque Temático 3 – Património e Cultura	
Necessidades principais e complementares	
COE8N2; COE6N4; COE7N5	
Medida PEPAC	Resultados/metad
C.1.2.1 - Apoio às Zonas com Condicionantes Naturais C.1.1.1.2 - Uso eficiente da água C.2.1.2 - Investimento Agrícola para Melhoria do Desempenho Ambiental C.3.2.7 - Gestão de Fauna Selvagem E.5.1 - Infraestruturas de apoio às explorações agrícolas F.8.2 - Manutenção de muros de suporte de terras F.2.2 - Investimento na Criação e Regeneração de sistemas agroflorestais	R.39 Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC
Extra PEPAC: Apoios às Empresas em Espaço Rural (que não do CAAF) Fundos da Política de Coesão Renovação de Aldeias (medida 10.2.6. LEADER do período de programação anterior)	R.40: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas R.41 população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC
Enfoque Temático 4 – Governança e Trabalho em rede	
Necessidades principais complementares	
COE9N8; PTOTN2	
Medida PEPAC	Resultados/metad
B.3.2 - Promoção e comunicação nos países terceiros C.5.1 - Grupos operacionais para a inovação C.5.5 - Acompanhamento Técnico Especializado- Intercâmbio de conhecimento E.2.2 - Prestação de Serviços de aconselhamento agrícola e florestal E.14.1 - Cooperação para a Inovação F.11.2 - Ações de Informação	R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC

Enfoque Temático 3 – Património e Cultura	
Necessidades principais e complementares	
COE8N2; COE6N4; COE7N5	
Medida PEPAC	Resultados/metad
C.1.2.1 - Apoio às Zonas com Condicionantes Naturais C.1.1.1.2 - Uso eficiente da água C.2.1.2 - Investimento Agrícola para Melhoria do Desempenho Ambiental C.3.2.7 - Gestão de Fauna Selvagem E.5.1 - Infraestruturas de apoio às explorações agrícolas F.8.2 - Manutenção de muros de suporte de terras F.2.2 - Investimento na Criação e Regeneração de sistemas agroflorestais	R.39 Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC
Extra PEPAC: Apoios às Empresas em Espaço Rural (que não do CAAF) Fundos da Política de Coesão Renovação de Aldeias (medida 10.2.6. LEADER do período de programação anterior)	R.40: Número de estratégias «Aldeias inteligentes» apoiadas R.41 população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC
Enfoque Temático 4 – Governança e Trabalho em rede	
Necessidades principais complementares	
COE9N8; PTOTN2	
Medida PEPAC	Resultados/metad
B.3.2 - Promoção e comunicação nos países terceiros C.5.1 - Grupos operacionais para a inovação C.5.5 - Acompanhamento Técnico Especializado- Intercâmbio de conhecimento E.2.2 - Prestação de Serviços de aconselhamento agrícola e florestal E.14.1 - Cooperação para a Inovação F.11.2 - Ações de Informação	R.41 Interligar a Europa rural: população rural que beneficia de um melhor acesso a serviços e infraestruturas graças ao apoio da PAC R.39 - Desenvolver a economia rural: Número de empresas rurais, incluindo empresas do sector da bioeconomia, desenvolvidas com apoios da PAC R.37 - Crescimento e emprego nas zonas rurais: Novos empregos apoiados no âmbito de projetos da PAC